# O CEARÁ CAPITANIA AUTÔNOMA

GERALDO NOBRE
Do Instituto do Ceará

## O CEARÁ CAPITANIA AUTÔNOMA. FIM DO PERÍODO COLONIAL. SITUAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL

Nos 45 minutos de que dispomos para uma exposição deveras abrangente e, ao mesmo tempo, interpretativa, do período em que o Ceará foi Capitania autônoma, é possível uma seleção, apenas, dos fatos e aspectos mais importantes, do conhecimento dos historiadores cearenses, em geral. O tempo seguinte, reservado a debates, permitirá esclarecimentos a respeito daqueles fatos considerados mais importantes, de um ponto de vista atual.

Ressalte-se que o Instituto do Ceará e a Universidade Federal do Ceará, por iniciativa do Reitor Agregado Antônio Martins Filho, proporcionam uma oportunidade para estudantes universitários e outros interessados adquirirem uma base de compreenção melhor da realidade cearense, a qual consiste no conhecimento histórico. A circunstância de ter a nossa história menos de cinco séculos não lhe atribui menos importância, atendendo-se a que acontecimentos de grande significação têm ocorrido a bem dizer continuamente na chamada Idade Contemporânea.

1. *Retrospecto* — Lembremos, em um rápido retrospecto, os antecedentes da organização político-administrativa do Ceará, na verdade a porção do território brasileiro avistada primeiramente pelos povos ibéricos, meses antes do descobrimen-

to na costa leste. Diversos fatores concorreram, no entanto, para inviabilizar a colonização e o povoamento do território cearense naquele século — o XV e, até mesmo, no XVI, quando apenas se verificaram tentativas fracassadas, ou o estabelecimento de fortes, de construção precária, em alguns pontos da beira-mar. Mesmo a população índia era insignificante, estabelecendo-se a primeira aldeia com os potiguaras, companheiros do Capitão Martim Soares Moreno, na barra do rio Ceará. Outras surgiram em decorrência da pressão exercida por portugueses e holandeses, ao tempo em que esses últimos ocuparam o Nordeste brasileiro. Ao fim da invasão flamenga, houve interesse em ocupar definitivamente o Ceará, de maneira a desestimular novos invasores, porém a população continuou escassa até iniciado o Século XVIII. Criada a primeira Vila, precisamente em 1700, a discórdia intestina dos colonizadores e a resistência dos indígenas, expressa na famosa Confederação dos Cariris, ameaçou o êxito do projeto colonizador que consistiu nas *datas e sesmarias*, isto é, na concessão de terras para o criatório.

Deve-se considerar que, até então, o Rio Grande do Norte era uma Capitania Real, subordinada ao Governo-Geral, estabelecido desde 1549 na Cidade do Salvador da Bahia, e, quanto a Pernambuco, ainda não tivera o seu desfecho a questão relativa aos direitos da Coroa, em detrimento dos herdeiros do primitivo donatário Duarte Coelho. Por isso, as primeiras datas e sesmarias em território cearense foram efetivadas através do dito Governo-Geral e os beneficiados procederam não apenas de Pernambuco, embora os dessa procedência predominassem, devido a que vinham dali os soldados em serviço nos fortes então existentes no Ceará, ainda por algum tempo sujeito ao Governo do Estado do Maranhão, oficialmente.

Ao longo do Século XVIII fizeram-se incômodas aos povoadores do território cearense as conseqüências da subordinação ao Governo-Geral sediado na Cidade de Olinda, pois todos os requerimentos das Câmaras das Vilas erectas e dos próprios moradores recebiam a informação do respectivo Capitão-General Governador, em muitos casos contrária aos interesses dos peticionários. Na lista dos Capitães-mores do Ceará, de atribuições precipuamente militares, figurou um pernambucano — o Tenente-Coronel Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca — o celebrado autor da *Nobiliarquia Pernambucana* —, que assumiu o cargo interinamente, por nomeação do Capitão-General Governador, e nele permaneceu uns quinze anos, de 1765 a 1782, mais do que qualquer outro administrador do período colonial no Ceará. Homem de vistas elevadas, procurou

impulsionar o desenvolvimento da Capitania, tendo sido em seu tempo, no entanto, que ocorreu a grande seca dos "três setes" — de 1777, com suas conseqüências, não somente de ordem snconômica, extensivas, como foram, à política. As Vilas pouco antes erectas na metade ocidental — as de Sobral e Granja — adquiriram influência em razão da decadência registrada nas de Aquirás, Aracati e Icó, no lado oriental, e, logo mais, com o desenvolvimento da lavoura algodoeira na serra da Uruburetama, os vínculos com Pernambuco se enfraqueceram, embora a região do Cariri constituísse uma exceção, nesse tocante.

2. *A Autonomia* — O plantio do algodoeiro, estimulado pela perspectiva da exportação para a Inglaterra, onde a Revolução Industrial se processava a passos largos, deveu-se à iniciativa de portugueses recentemente imigrados, a exemplo de Filipe Lourenço, Antônio José Moreira Gomes, José Antônio Machado e alguns outros. Os seus interesses comerciais, que se confundiam com os da própria Capitania, eram prejudicados pelo fato de caber a intermediação a Pernambuco, devido a não ser permitido ao Ceará o comércio direto com a Europa.

Na verdade, estávamos privados oficialmente de ter um porto para as transações internacionais — até mesmo para a metrópole, e, em conseqüência, o comércio cearense abastecia-se na praça do Recife, com o agravamento dos custos em função do transporte e dos direitos adicionais cobrados pelos fornecedores pernambucanos. Era inevitável, pois, que os negociantes — como então se qualificavam — usassem de sua influência nas Câmaras das Vilas, para representar à Metrópole quanto à conveniência do Ceará obter o estatuto de Capitania Independente em relação a Pernambuco.

Finalmente, em 17 de janeiro de 1799, a Chancelaria portuguesa emitiu a Carta Régia concedendo autonomia ao Governo do Ceará, com o que esta Capitania entraria no Século XIX com uma nova expressão político-administrativa e, também, econômica. Os assuntos do seu interesse não seriam encaminhados mais por intermédio do Capitão-General Governador de Pernambuco e as exportações e importações passavam a contar com a opção dos portos do litoral cearense — os da Fortaleza e do Aracati.

É indiscutível que a autonomia do Ceará foi devida, principalmente, à influência daqueles portugueses chegados à Capitania em fins do século XVIII, e que para concretizá-la concorreu, também, a nova mentalidade surgida àquele tempo em Portugal por efeito da reforma da Universidade e da penetra-

ção, na metrópole, das idéias avançadas do intelectualismo europeu-ocidental.

3. *Os Governadores* — Ao invés de Capitães-mores, o Ceará passou a ter à frente da administração os Governadores, embora com funções praticamente inalteradas, em função do sistema colonial, que atribuía às Câmaras das Vilas um grande poder, reunindo atribuições executivas, legislativas e judiciárias.

Mas os Governadores, cercando-se de um aparato maior, com a criação de novas repartições do serviço público e o apoio de um número crescente de auxiliares, transformaram a sede governamental em centro dinâmico e pólo de atração, que tendia a sobrepor-se às demais Vilas e, por conseguinte, começariam essas a perder a sua antiga importância, para tanto concorrendo a convergência do comércio de exportação para as Vilas da Fortaleza e do Aracati.

No período a que nos referimos, dos primeiros vinte anos da centúria passada, foram apenas cinco os Governadores:

1.° — Bernardo Manuel de Vasconcelos, empossado em 1799.

2.° — João Carlos Augusto d'Oeynhausen e Grewenbourg, que assumiu as funções em 1803.

3.° — Luís Barba Alardo de Menezes, cuja posse ocorreu em 1808.

4.° — Manuel Inácio de Sampaio, que administrou a Capitania durante oito anos (1812-1820).

5.° — Francisco Alberto Rubim, sucessor imediato do Governador Sampaio e obrigado a deixar o cargo no ano seguinte (1821), na crise provocada pela Revolução Constitucionalista do Porto, de alguns meses antes — agosto de 1820.

Quem eram esses administradores? Nascidos todos em Portugal, e ligados a famílias mais ou menos nobres, possuíam pouca ou nenhuma experiência de governo, pertencendo às forças armadas, de terra e de mar. Ressalte-se que os domínios ultramarinos integravam o Ministério ou Secretaria de Estado para os Negócios da Marinha e do Ultramar, o que explica a escolha desses oficiais, notadamente a de Bernardo Manuel de Vasconcelos, o mais notável de todos à época de sua nomeação, pois era veterano de várias campanhas, com uma folha de serviços comprobatória de sua capacidade e do seu patriotismo.

4. *Um projeto desenvolvimentista* — Do Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos pode-se afirmar que ele procurou pôr em prática um projeto visando à prosperidade do Ceará, de conformidade, aliás, com as vistas das autoridades superiores, empenhadas em capacitar Portugal para enfrentar os perigos de uma guerra na Europa, mediante a exploração dos recursos das colônias, notadamente das nitreiras, fornecedoras de matéria-prima para as armas de fogo.

Juntamente com o Governador, teve destino para o Ceará um oficial brasileiro, nascido na Capitania do Rio de Janeiro, que fora ao Reino estudar e, pelos seus méritos, recebera várias comissões científicas, notadamente nas possessões portuguesas de Cabo-Verde. Referimo-nos a João da Silva Feijó, nomeado Sargento-mor Naturalista "para as investigações filosóficas na Capitania do Ceará", na realidade com a incumbência precípua de explorar as minas de salitre, de cuja existência, em pontos do território cearense existiam versões desde o século anterior. Imediatamente, deu início aos trabalhos, enfrentando a animosidade do orgulhoso funcionário da Fazenda Real Francisco Bento Maria Targini, incontido em suas manifestações de despeito pela nova situação da Capitania, implicando em sua subordinação ao Governador.

Apesar do ambiente de intrigas criado por Targini, Bernardo Manuel de Vasconcelos empenhou-se no estabelecimento do comércio direto com os portos da metrópole e na segurança externa, cuidado ao tempo necessário, devido às guerras napoleônicas em curso na Europa e à possibilidade de serem estendidas ao continente americano. Além disso, procurou prover a capital dos edifícios necessários ao bom funcionamento das repartições dos serviços públicos, devendo-se-lhe reverenciar a memória como um governante capaz e bem intencionado, ainda que se fizessem notórios os seus opositores e inimigos, possivelmente em grande maioria suspeitosos, por interesses contrariados, ou ambições desmedidas. No entanto, os cearenses desfrutaram de um período de paz, favorecidos pela disciplina da tropa de linha, integrada por oficiais de valor, como José Henriques Pereira, Francisco Xavier Torres, João Gomes Nobre e alguns outros, com reflexos nas milícias e ordenanças — corpos de civis armados, antecessoras da conhecida Guarda Nacional do tempo do Império e Primeira República.

5. *A reação interiorana* — Na administração seguinte, de João Carlos Augusto d'Oeynhausen e Grewenbourg, avultaria a inconformidade das antigas influências, representadas precisa-

mente pelos oficiais dos Corpos de Ordenanças, que eram, com algumas exceções, os descendentes dos antigos sesmeiros, oriundos de Pernambuco e mais Capitanias limítrofes do Ceará. Haviam sido organizados esses Corpos de acordo com a divisão territorial em ribeiras do Jaguaribe, do Acaracu, etc., marcas indeléveis do processo de colonização pelo pastoreio.

Enquanto isso, os Corpos de Ordenanças, sobretudo nas Vilas de maior importância, como a da Capital, a do Aracati, a de Sobral e outras litorâneas ou com fácil acesso aos portos, tinham nos Comandos os portugueses recém-chegados, na maioria negociantes, ao invés de criadores. Devia-se isso menos ao Governador do que às Câmaras, responsáveis pela apresentação das listas para a escolha dos novos ocupantes dos postos vagos, e, em conseqüência, acirravam-se os ódios locais, dos preteridos contra os favorecidos, revidando os últimos com medidas arbitrárias, a exemplo das prisões de adversários sob acusações de roubo de gado, agressão ou qualquer outra, que servisse de pretexto.

Com o governo autônomo da Capitania, a situação a que nos referimos agravou-se consideravelmente, constituindo um desafio à autoridade dos Governadores, notadamente ao tempo de João Carlos Augusto, oficial brioso, de ascendência germânica, disposto a se fazer respeitar. De muito antes eram acesas as rivalidades na Serra Grande, surgidas com a ereção em Vila da povoação do Ipu, contrariando as expectativas de outros núcleos familiares, notadamente o da Serra dos Cocos, estabelecido em Campo Grande, hoje Guaraciaba do Norte.

A fim de pacificar aquela parte da Capitania, o Governador João Carlos Augusto ali se apresentou e deu voz de prisão ao poderoso Coronel Manuel Martins Chaves, que nenhuma resistência lhe impôs, mas, ainda assim, foi remetido para Lisboa, onde o mantiveram encarcerado, até morrer, na afamada prisão do Limoeiro, espécie de Bastilha do absolutismo português.

A atitude enérgica do Governador serviu de exemplo para outros potentados sertanejos, que passaram a mostrar-se cautelosos, e, apesar de não ter feito uma administração renovadora e profícua, João Carlos Augusto obteve a admiração de muitos cearenses, expressa na escolha do seu nome para batizar crianças. Esta é a origem da Família Augusto, do atual Município de Lavras da Mangabeira e de tanta atuação na política do Ceará, desde o período imperial.

Também as autoridades superiores tiveram em grande conta os serviços de João Carlos Augusto, a quem, alguns anos depois, o Príncipe Regente e primeiro Imperador do Brasil Dom Pedro, muito considerou, interferindo para que o ex-Governador

do Ceará fosse um dos três Senadores cearenses, além de conceder-lhe o título de Marquês do Aracati, certamente da escolha pessoal do contemplado, em homenagem à Vila desse nome, da Capitania por ele outrora administrada. A tudo, no entanto, renunciou João Carlos Augusto, para acompanhar a Dom Pedro, quando esse abdicou de suas funções majestáticas e retirou-se para Portugal a defender os direitos da filha ao trono português.

6. *O primeiro recenseamento* — Foram outras as circunstâncias em que governou Luís Barba Alardo de Menezes, pois o Príncipe Dom João, Regente por enfermidade de sua mãe a Rainha Dona Maria, transferira a Corte para a Cidade do Rio de Janeiro, ao constatar a inutilidade de qualquer resistência às tropas invasoras, do Imperador Napoleão Bonaparte, da França, em fins de 1807.

Na verdade, Barba Alardo fora escolhido quase dois anos antes (1806) para governar o Ceará, pelo comissionamento de João Carlos Augusto para idênticas funções na Capitania de Mato Grosso, porém os acontecimentos na Europa retardaram a sua viagem ao Brasil, tendo chegado à Vila da Fortaleza e tomado posse em junho de 1808. Segundo o Barão de Studart, foi ele um dos administradores coloniais que mais serviços prestaram à então Capitania, ressaltando o historiador que Barba Alardo incrementou o comércio direto com os portos portugueses, por meio de associações de negociantes, estimulou a agricultura e, até mesmo, estabeleceu uma fábrica de louça vidrada cujos produtos eram considerados pelo menos tão bons quanto os manufaturados na Bahia.

A respeito do comércio exterior, deve-se ponderar, no entanto, que, com a abertura dos portos do Brasil ao comércio com as nações amigas, efetuada logo à chegada do Príncipe Regente Dom João, em 28 de janeiro de 1808, houve condições para intensificar as relações comerciais de todas as Capitanias brasileiras como Portugal e a Inglaterra; esta um parceiro privilegiado em relação aos direitos alfandegários. Os exportadores cearenses, como Antônio José Moreira Gomes, José Antônio Machado e alguns outros, na Fortaleza e, também, no Aracati, estabeleceram intercâmbio com firmas inglesas, a exemplo da de Joseph Lyne, porém avultaram as transações com intermediários portugueses em Londres, notadamente os da sociedade Barroso, Martins, Dourado & Companhia, sendo, aliás, brasileiro o sócio Domingos José Martins, o infeliz revolucionário de 1817, que pagou o seu idealismo com a vida.

Para intensificar o comércio algodoeiro do Ceará, dita sociedade enviou ao Ceará dois dos seus titulares, primeiramente Lourenço da Costa Dourado, que chegou a ter a maior riqueza no rol dos homens afazendados da Capitania, e cujo empenho no desenvolvimento da agricultura foi ao ponto de financiar a aquisição, pelos agricultores, de escravos, por ele adquiridos na Bahia.

Quanto à fábrica de lonça vidrada, mesmo os historiadores e cronistas do século passado nenhuma informação precisa registraram de sua localização, suspeitando-se, apenas, que teria sido a olaria do Tauape, mencionada em alguns documentos. Ademais, parece impossível que, dos produtos da referida fábrica, nada restasse, para figurar em um museu, ao menos, embora seja notória a despreocupação dos brasileiros em preservar o testemunho do seu passado, não se devendo, assim, descartar a hipótese de extravio completo da produção cearense de louça vidrada do início do século passado.

Em qualquer caso, o Governador Barba Alardo não foi um administrador relapso, demonstrando, efetivamente, o seu interesse pelo aumento do comércio da Capitania ao cogitar da melhoria do porto da Fortaleza e dar ordens ao Capitão-de-Fragata Francisco Antônio Marques Giraldes para realizar sondagens e observações com aquele objetivo.

Atribui-se a Barba Alardo a realização de um recenseamento da população do Ceará, que teria sido o primeiro, afirmação duvidosa, porque, em épocas anteriores, as autoridades do Reino haviam mandado proceder ao rol dos habitantes de cada Vila e seu termo, não se dispondo, no entanto, de prova material do cumprimento da ordem régia sobre o assunto.

Ainda se atribui a Barba Alardo uma Carta Topográfica do Ceará e a "Memória" sobre esta Capitania, cuja autoria, no entanto, não está bem esclarecida, considerando-se que dito Governador recorreu muito aos serviços de competentes auxiliares, como o Capitão-de-Fragata Marques Giraldes e o Naturalista Feijó, este, sabidamente, um dedicado estudioso das coisas cearenses, como provam os seus numerosos trabalhos, salientando-se a *Coleção Descritiva das Plantas da Capitania do Ceará*, inédita até recentemente, quando a publicamos por iniciativa pessoal.

7. *Melhoramentos materiais* — De todas as administrações do período em referência, a mais prolongada e, ao mesmo tempo, discutível foi a do Governador Manuel Inácio de Sampaio, cujo nome ficou lembrado na nova rua, aberta em 1813,

à margem direita do riacho Pajeú e com que se iniciou a urbanização nc chamado Oiteiro.

Primeiro nomeado após transferida a Corte para o Rio de Janeiro, revelara-se, desde logo, um administrador com a mentalidade progressista da época, o que comprovou ao longo de quase oito anos de governo, tendo as Câmaras de Capitania solicitado a sua permanência em mais de uma ocasião. No entanto, isso não lhe poupou uma oposição bastante enérgica, por envolver-se em disputas com pessoas da importância do Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, do Sargento-mor das Ordenanças da Capital Antônio José Moreira Gomes e do Naturalista João da Silva Feijó.

Essas questões atingiram o auge na Revolução Pernambucana de 1816, da qual se aproveitou o Governador Sampaio para acusar de subversivos os seus adversários, provavelmente com alguma razão, pois, alguns anos antes, estivera no Ceará, futuro chefe daquele movimento revolucionário, Domingos José Martins, já fortemente influenciado pelas idéias liberais, em cuja propagação se empenhava.

A atitude do Governador Sampaio, em 1817, quer denunciando pessoas notáveis da Capitania, quer enviando tropas — aliás quase totalmente integradas pelos índios das antigas aldeias próxima da Capital — contra o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Pernambuco, tornaram-no detestável a muitos, empanando o brilho de sua administração. Na verdade, foi marcante a sua atividade na organização do serviço público, exuberantemente atestada pela vasta documentação do seu tempo, conservada quer no Arquivo Público Estadual do Ceará, quer na Coleção Studart do Instituto do Ceará, e ainda na maior parte inédita. Todos os atos e a correspondência governamentais eram sistematicamente registrados nos livros competentes, de modo que, algum dia, poderá ser reconstituída a História do Ceará dos anos de 1812 a 1820 com incomparável precisão e incomum riqueza de informações.

Talvez as providências drásticas adotadas pelo Governador Sampaio em 1817 se devessem ao temor de alguma suspeita recair sobre ele próprio, afeiçoado às idéias liberais e patrono de atividades literárias, pois reunia em Palácio os poucos intelectuais de então, nos chamados "oiteiros", ou serões literários, onde poesias eram lidas e discursos proferidos, no artificioso estilo gongórico. Essas primícias da literatura cearense foram resgatadas do esquecimento pelo Barão de Studart, em primeiro lugar, e, depois, pelo Dr. Dolor Barreira, não oferecendo prova, no entanto, de que o Governador Sampaio fosse, ele próprio, um poeta, ou um orador.

Avulta, na História, a preocupação do administrador com os melhoramentos materiais, a começar da instituição dos serviços do correio, que lhe valeu elogios de Hipólito José Pereira da Costa Furtado de Mendonça, o brasileiro responsável pela publicação, em Londres, de uma gazeta, na qual defendia os interesses do Brasil e em cujas páginas, anteriormente, o Governador Sampaio fora acusado de perseguições a famílias do interior da Capitania, forçadas a se retirarem para as vizinhas.

A Capital cearense muito ficou a dever a Manuel Inácio de Sampaio, tanto pelo plano urbanístico, a cargo do arquiteto Tenente-coronel Antônio José da Silva Paulet, que previu a abertura de novas ruas, com um traçado reto inalterável, como pela reconstrução da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, devendo-se mencionar o fato de haver o Governador contado, nesses empreendimentos, com a colaboração de pessoas de todas as classes, na forma de donativos em dinheiro e em espécies — tijolos, bois, madeiras, transporte, etc.

Ao tempo, o Naturalista Silva Feijó doou uma fonte permanente, sita na chácara de sua propriedade, fronteira à Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, para a construção do primeiro chafariz, em que os fortalezenses e os navios em trânsito — isto é, fundeados no porto, dispusessem de água de boa qualidade para beber.

8. *Advento do constitucionalismo* — Finalmente, Governador Francisco Alberto Rubim, último da Capitania do Ceará e em seguida, primeiro desta Província, deu continuidade à tarefa dos ditos seus antecessores com inegável operosidade, mas encontrando, já, poderosos obstáculos. Crescera a turbulência no interior, notadamente no Cariri, devido a questões locais, ligadas, em parte, à atitude do Governador Sampaio, favorecendo a pessoas que lhe pareciam acima de qualquer suspeita de infidelidade ao Rei, em detrimento das consideradas pouco firmes nas convicções monarquistas.

Viu-se o Governador Rubim às voltas, por conseguinte, com problemas relativos à ordem interna, o que não significa ter sido nula a sua atuação em outros setores, afetados pela crise econômica em desenvolvimento a partir da falência da mencionada firma Barroso, Martins, Dourado & Companhia, responsável maior pelo comércio do Ceará, com a praça de Londres. Os negociantes cearenses viram diminuir as rendas de suas propriedades cultivadas, nas quais tinham investido quantias elevadas para expandir a lavoura algodoeira, prejudicada, primeiramente, pela ocorrência de secas periódicas, com refle-

xos imediatos no comércio exportador, porquanto a indústria inglesa não se sujeitaria a ficar na dependência de um aprovisionamento de matéria-prima irregular e até mesmo, incerto. Regularizado o intercâmbio da Inglaterra com suas antigas colônias da América do Norte, após a Segunda Guerra da Independência dos Estados Unidos, restringiram-se ainda mais as perspectivas para os exportadores do Ceará, que ficaram reduzidos à pobreza, como foi o caso do outrora poderoso Lourenço da Costa Dourado, de seu cunhadc José Inácio de Oliveira Melo e de vários outros, não só da Capital como do Aracati.

A pecuária fora sacrificada em função da lavoura e do comércio algodoeiro de maneira que a situação econômica da Capitania, ao tempo do Governador Rubim, se apresentava crítica, esforçando-se ele por assegurar ao menos a subsistência da população, expedindo ordens aos Capitães-mores para obrigarem os lavradores a produzir, sob pena de passarem por vadios e sofrerem prisão.

A diligência do Governador talvez produzisse algum efeito, não ocorresse a Revolução do Porto de Agosto de 1820, à notícia da qual intensificou-se a turbulência na já então Província do Ceará, ensejo para Rubim revelar, mais uma vez, a sua capacidade, apressando-se em instituir um Conselho de Governo, com os seus integrantes, compartilhando as responsabilidades das decisões. Os ânimos, no entanto, estavam muito exaltados para contentarem-se com esse avanço democrático, acabando por depor o governante, em novembro de 1821, quando, aliás, um Decreto já modificara a forma de governo das Províncias, estabelecendo Juntas Governativas.

9. *Centralização* — O ter-se tornado o Ceará Capitania Autônoma — não mais subalterna à de Pernambuco, apresenta-se como um fato histórico de significação política e econômica, podendo-se mencionar algumas conseqüências principais.

Primeiramente, houve a centralização, que inexistia, porque a autoridades dos antigos Capitães-mores era quase limitada a assuntos da defesa, ficando às Câmaras das Vilas poderes, em relação aos termos, ou municípios, respectivos, de jurisdição própria, e dependendo o encaminhamento de assuntos do seu interesse da subordinação à Capitania Geral. Havia unidade apenas circunstancial, conquanto no jurídico a Ouvidoria fosse extensiva a todo o território cearense, daí resultando uma preponderância dos Ouvidores, causa das contínuas rivalidades com os Capitães-mores, um sediado na Fortaleza — o militar, e, o outro — o juiz, na Vila do Aquirás, dualidade esta mantida até 1816, quando um Alvará determinou fosse a Capi-

tal a sede da Comarca antiga (visto como criou uma nova, centralizada na Vila do Crato).

Com o Governo autônomo da Capitania, embora, por costume, ainda se usasse a denominação de Ceará-Grande, constante no período antecedente, ela perdeu a sua razão de ser, tendo desaparecido totalmente dos atos e correspondência oficiais com a independência e a elevação da Fortaleza à categoria de Cidade.

Do ponto de vista econômico, a autonomia administrativa foi completada — e assegurada — com o estabelecimento do comércio direto com a Metrópole, providência de grande alcance, com a qual ficou atendida uma antiga aspiração dos cearenses, encaminhada já ao tempo do Capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury (1782-1789).

O Ceará ficou a depender de Pernambuco apenas no espiritual, pois o seu território, dividido por diversas freguesias, integrava a província eclesiástica de que era titular o Bispo de Olinda. Pela influência que, então, exercia a Igreja, a criação de um Bispado próprio era, igualmente, uma antiga reivindicação dos cearenses, tardiamente satisfeita pelo Governo Imperial em 1853 e pelo Pontificado de Roma no ano seguinte.

10. *O sentimento autonomista* — A autonomia do Ceará situou-se, pois, no desenvolvimento de um sentimento autonomista, que não se exauriu naquele momento, não só por continuar desatendida a reivindicação de um Bispado próprio, como por persistir um relacionamento econômico com Pernambuco, desvantajoso para os cearenses. Não houve — nem poderia haver, por razões históricas — indisposição com os pernambucanos, compreendendo-se o problema da subordinação como um aspecto do sistema colonial, representado pelas autoridades enviadas da Metrópole e, por conseguinte, estranhas aos brasileiros.

A autonomia não significou, portanto, o fim da influência pernambucana no Ceará, poderosa no tocante ao Cariri — sul da Capitania, por serem muitas as afinidades familiares, além da contigüidade territorial. Assim se explica a participação cearense na Revolução de 1817 e, logo após a Independência, na de 1824. Quanto, porém, a esses últimos episódios — e, igualmente, às conseqüências do constitucionalismo português de 1820 — tiveram características próprias, ligadas à nova situação político-administrativa do Ceará, nos dois primeiros decênios do Século XIX, como será fácil demonstrar, porém, excede do assunto desta nossa exposição, que, estando esgotado o tempo, aqui finalizamos, agradecendo a atenção de todos, notadamente a do Professor João Hipólito Campos de

Oliveira, do Instituto do Ceará, da Professora Valdelice Carneiro Girão, a quem está confiada a coordenação deste Curso de História do Ceará, e dos demais companheiros do magistério superior, que me honraram com suas presenças. Proponho-me a esclarecer ou a complementar a exposição em seus pontos falhos ou duvidosos, pelos quais me desculpo, embora justificáveis pela pouca disponibilidade de tempo e por não ter recorrido a apontamentos, limitando-me a fatos de maior importância e a apreciações mais gerais, sobre um período tão marcante da História do Ceará e proveitoso para os estudos e as pesquisas que lhe dizem respeito.